PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR ATRAVÉS DA UNILAB -CAMPUS DOS MALÊS

Luciana dos Santos Jorge [1], Luciana Scheleder Almeida [2]

RESUMO

O presente trabalho visa uma abordagem em torno da permanência da juventude vinda de camadas populares no ambiente universitário para além do âmbito material, considerando o âmbito afetivo- simbólico como fator determinante para o permanecer dela. Com a finalidade de analisar os desafios e as estratégias dessa juventude para garantir a sua permanência na UNILAB Campus dos Malês. A elaboração desse trabalho tem relevância ao considerar o atual cenário de cortes destinados à educação de nível superior; a luta da juventude pela manutenção dos direitos previsto em constituição federal (1988) e a importância das universidades do Recôncavo Baiano nesse processo. A forma como a sociedade brasileira se constituiu, tendo a instituição de raças como fator responsável por determinar a posição social de cada um, resultou na desigualdade social, mas sobretudo na desigualdade racial. Sendo assim, a juventude vinda da camada popular, ao ingressar no ensino de nível superior enfrenta dificuldades que vão além dos muros da universidade, dificuldades relacionadas a rotina acadêmica, a adaptação ao ambiente universitário e relação com as pessoas. Fatores como esses interferem no desenvolvimento do estudante após o seu ingresso na universidade, como aponta essa pesquisa. Essa pesquisa objetiva demonstrar a relação que os aspectos afetivos presentes no ambiente universitário possui com o ato de permanecer dessa juventude na universidade, através dos seus itinerários e das estratégias desenvolvidas dentro e fora do ambiente físico da universidade.

Palavras-chave:

Permanência. Afetividade. Juventude.

[1] UNILAB, INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS, Discente, e-mail: lucyana0816@gmail.com
[2] UNILAB, INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS, Docente, e-mail: luciana.almeida@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

Após anos de abolição, as marcas deixadas pelo período colonial ainda se perpetuam na sociedade brasileira. As desigualdades que regem as relações na sociedade são as expressões mais nítidas desse período, da criação de hierarquias que colocam alguns indivíduos em estado de superioridade a outros. A forma como se constituiu a sociedade brasileira colocou os negros e indígenas à margem da sociedade, não os reconheceram como cidadãos e detentores de direitos como qualquer pessoa branca. Essa exclusão na qual a cor é o fator determinante para aqueles que possuem "o direito a ter direitos" e quem simplesmente tem que se conformar com a posição social determinada para eles.

Com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, foram instituídas a criação de instituições de ensino destinadas à profissionalização das pessoas para o trabalho. Nessa época, em São Francisco do Conde, a cana de açúcar era constantemente vista pela cidade, no morro pertencente aos monges da cidade, localizado no bairro de São Bento das Lages. Isso fez com que a cidade fosse escolhida para a instalação da primeira escola de ensino agrícola da América Latina, a Imperial Escola Agrícola, datada em 1859 (séc. XIX).

Cientificamente foi comprovada a não existência de raças, mas a implantação da noção de cor no século XVIII como um fator que dividia a raça humana em três raças estancas: a negra, a branca e a amarela, o que desencadeou na hierarquia racial e em desigualdades raciais (MUNANGA, 2003). O real problema que envolve a questão racial é que ela passou a atribuir valores morais e intelectuais às pessoas, isso tudo devido a uma construção ideológica entorno da raça. Como resultado disso se vê a hierarquia nas relações entre indivíduos. Com isso, não apenas a desigualdade social faz parte da construção da sociedade brasileira, mas sobretudo a desigualdade racial, sendo possível perceber que aqueles com uma maior quantidade de melanina tem menos oportunidades.

Foram essas relações que privaram a população negra de direitos fundamentais para a vida e desenvolvimento do ser humano, sobretudo o acesso à educação. Aqueles que compõem as classes altas, de maneira predominante os brancos, e que consequentemente são esses os que possuem recursos financeiros, tiveram acesso a um ensino de qualidade, em instituições privadas de ensino, enquanto, aqueles que não possuem, que consequentemente são os povos negros e indígenas foram privados de ter acesso à educação de forma que os levaram a ocupar o papel de parcela vulnerável da população.

A abolição da escravatura, datada em 13 de maio de 1888 através da lei imperial nº 3.353, que ficou conhecida como Lei Áurea, não significou efetivamente a inclusão e reconhecimento dos negros como cidadãos. Ao longo dos anos, eles continuaram em papéis inferiorizados, seu valor era reconhecido no quesito trabalho, e isso fez com que a formulação da educação no Brasil fosse categorizada, os brancos estudavam para ter uma carreira de prestígio fora do país, enquanto os negros quando tinham acesso a algum tipo de formação, era aquela voltada para o trabalho braçal. Esse tipo de construção se tornou as bases da sociedade brasileira, em que a camada popular mais juvenil é a que mais sente as privações impostas pela classificação racial.

> A educação era aquela base teórica...voltada para a formação das classes dirigentes, daqueles que iriam ocupar os cargos de comando, ou burocrática na sociedade; formação profissional era aquela básica voltada para os 'desfavorecidos de fortuna' (BRANDÃO, 1999 apud DOMINGOS, 2017, p.18).

No caminho até o ingresso em uma instituição de ensino de nível superior, a juventude negra tem que trilhar etapas que se tornarão definidoras para o que estudiosos da área chamam de "sucesso escolar". Dentre os desafios, aquele que possui um forte impacto nas vidas desses jovens é a sua situação socioeconômica, em outras palavras seus recursos financeiros que, para a maioria da população negra, segundo o último censo (2010) do IBGE, possui um rendimento médio em torno de R$ 866,23 mensal. Fatores como esse definem o tipo de instituições em que o jovem ingressará. A essa camada da população, está destinada a escola pública, que no Brasil é um ensino precário e consequentemente a formação desses alunos será também construída precariamente. Nesse contexto, a juventude negra terá maior dificuldade de acesso ao nível superior.

É a partir dos anos 2000, que surgem as políticas públicas que visam, através de ações afirmativas, colocar todos os cidadãos em estado de equidade no que diz respeito ao direito e acesso a serviços considerados

básicos como saúde e educação, expressos na Constituição Federal (1988) que esse cenário tende a mudar. A juventude negra passa a acessar o ensino superior, sobre forte luta e tensões políticas realizadas pelo movimento negro, responsável por denunciar "[...] a escravidão, as teorias raciais, a colonização dos países africanos, os sofrimento e opressão trazidos por esses processos" (GOMES, 2018, p.119). Foi o movimento negro que gerou um debate em torno do papel das políticas públicas e pôs em pauta na conferência de Durban, em 2001, a proposta de cotas para negros em universidades, gerando uma discussão em âmbito internacional entorno da questão racial no Brasil.

Especificamente no ano de 2012, foi implantada a lei n° 12.711, a Lei de Cotas. As cotas são um mecanismo que visa a garantia do acesso ao ensino superior de jovens e adultos em instituições públicas, estabelecendo que 50% das vagas em instituições públicas-federais sejam destinadas para estudantes oriundos de escolas pública, de baixa renda, nas quais a distribuição, segundo o Ministério da Educação, está subdividida em metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio.

A juventude negra brasileira não é preparada para o ingresso no ensino superior devido à ineficiência e às limitações presentes na educação básica a que ela tem acesso e a sua condição socioeconômica. Essa despreparação para a universidade, se dá, pois "os estudantes provenientes das classes populares enfrentam, desde cedo, a violência simbólica do sistema escolar" (BOURDIEU, 1982 apud GONCALVES; RAMOS, 2019, p.5), em que a cultura do indivíduo atua sobre as suas condições de vida. Esses fatores levam à desmotivação dessa juventude em dar continuidade a sua trajetória estudantil e interferem na escolha dos seus cursos, os levando a ingressarem em cursos que não possuem interesse e que, posteriormente, abandonarão (ZAGO, 2006).

Em um ambiente universitário, o estudante tem toda uma estrutura curricular a qual o aluno ao ingressar na instituição assume o compromisso de cumprir durante todo o período do curso escolhido. Um outro fator que deve ser levado em conta é a distância das instituições, geralmente localizadas na capital, o que limita o acesso daqueles que residem em locais definidos como regiões metropolitanas e zonas tidas como rurais. Dentre esses estados, o estado da Bahia é um bom exemplo, pois na Bahia a chegada do ensino superior público se deu com a conversão da escola médica da Bahia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) essa foi uma das primeiras universidades (federais) a adotar o sistema de cota, proporcionando um ensino superior mais próximo da juventude negra baiana. Aqueles que entraram buscaram tornar o ambiente "mais familiar" reivindicando a entrada de mais integrantes da sua camada no ensino superior. Essa exigência, marcada pelas pressões políticas, foi responsável pelo reconhecimento do governo de que medidas de combate às desigualdades socioraciais eram necessárias.

É nesse contexto de ações afirmativas, inclusão e permanência da juventude negra no ensino superior que destaco a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); possuindo uma relação de reparação histórica para com os brasileiros e brasileiras e de integração com os demais países integrantes da comunidade lusófona. Essa universidade foi feita para as camadas populares, para os aqueles que sofreram e ainda sofrem em suas histórias a influência do processo de colonização.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico consiste em uma abordagem etnográfica associada a outras três técnicas de coletas de dados: ao Survey; a entrevista semi- estruturada e ao "diário de afiliação". Quanto a esse último, um "diário de afiliação" visando ter um registro documental em que será acompanhado, através das falas dos mesmos a incorporação do que Coulon (2017) chamou de assimilação dos códigos existentes na universidade, esses códigos, segundo o autor, muda a escrita e a oralidade. A adoção do diário tem como objetivo, além de observar a evolução dos estudantes ao longo do curso, fazer com que os mesmos tenham essa percepção sobre si.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os resultados esperados, este trabalho visa o desenvolvimento de mecanismos para a permanência universitária que considerem a permanência afetiva como um fator determinante para que essa juventude permaneça no ensino superior, melhorando a forma como os discentes vindos de camadas populares, que sofrerem e ainda sofrem com fatores que os deixam em papéis de vulnerabilidade são assistidos após o seu ingresso. Que seja desenvolvido estratégias que sejam representativas desses jovens e que minimizem o estranhamento deles ao ambiente universitário. No que tange a essa discursão, Sampaio (2011) define o ingresso dessa juventude como o início da "transição para a vida adulta", marcada pelo "processo de afiliação" que se dá no cotidiano dos ingressantes, nas rotinas acadêmicas. A autora ressalta aspectos de cunho afetivos como a vida amorosa, relações com os outros estudantes, a cultura como fatores que influenciam a vida do jovem na universidade. Cunha (2017) define a permanência como o tempo que os estudantes permanecem na universidade e as transformações que esse ambiente provoca nela através das trocas de experiências, a assimilação dos "códigos" existentes no que se refere a escrita e a oralidade. Quanto a isso, o filosofo Pierre Bourdieu traz o conceito de "Capital Cultural" "rendimento escolar [...] depende do Capital Cultural previamente investido pela família" (BOURDIEU, 1999 apud CARVALHO, 2012, p.4). No ambiente universitário, percebe-se que aqueles vindos da camada popular não são preparados para o ingresso no nível superior. Para ele, o ambiente é no ambiente escolar que esses jovens sofrem com a violência simbólica, ao se universalizar e transmitir uma cultura, a dominante, anulando as demais. Assim, aqueles não são pertencentes a cultura dominante tem que desenvolver habilidades que aqueles que fazem já possuem. Coulon (2017), traz as três fases que compõe o processo de "afiliação a universidade": a primeira é a da separação, marcada pelo estranhamento, pela separação do passado familiar, pela percepção da transformação dos níveis de exigências e conteúdos das aulas; a segunda é a da ambiguidade, nesta o estudante não possui familiaridade com o seu passado escolar, mas não está sólido no seu futuro universitário. Esse é o tempo das primeiras mudanças, das dúvidas e da ansiedade; a terceira é o momento que o estudante está afiliado. Esse é marcado pelas expressões da mudança da escrita, oralidade e na maneira de se expressar.

CONCLUSÕES

Em síntese, a inclusão de pessoas de baixa renda, negros e indígenas no ensino superior brasileiro foi marcada por lutas, boicotes e conquistas. Após o seu ingresso a juventude passa a ter um novo desafio, a sua permanência, permanência essa que possui duas vertentes, a material e a afetiva. Falar de permanência no âmbito universitário é abordar muito mais do que a assistência material ofertada pela universidade. É no ambiente universitário que a juventude é desafiada a superar as diversas dificuldades para conseguir o diploma que ela tanto almeja, ela tem que se adaptar a algo novo. O ensino superior exige horas de dedicação do estudante, e a maioria, durante a sua juventude, ao virem de escolas públicas não estão acostumados, pois não são preparados para a rotina do ensino superior. Já ingressos na universidade, eles se deparam com conteúdos considerados complexos, exigência de leituras diárias, participação em atividades extra curriculares e ainda com pouco recursos, sendo obrigados a procurarem meios para suprir as suas necessidades acadêmicas e pessoais. Diante disso uma exploração do âmbito afetivo da permanência universitária torna-se necessário.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, gostaria de agradecer a Deus pela graça e pela força em todas as etapas desse trabalho, por ter sido o meu refúgio espiritual a cada vez que pensava que não conseguiria.

Aos meus pais, por serem minha fonte de incentivo e por sempre me dizerem o quão capaz sou.

Ao meu irmão, exemplo e inspiração para mim.

A minha madrinha, Renilda, pelo apoio no decorrer da minha formação.

A minhas tias e tios, que sempre dizem o quão orgulhosos de mim são.

Ao meu amigo de infância Railson Alcides, por ter insistido e me apresentado a UNILAB.

A prof.ª Luciana Almeida, por ter me orientado nessa pesquisa, mas sobretudo por ter sido uma das primeiras professoras que tive ao ingressar na universidade.

Agradeço aos professores que tive no decorrer do curso, pois cada um deles me deixou um aprendizado.

Aos meus amigos da universidade, pelos momentos de alegria e de sofrimento juntos, em que um apoiava o outro.

REFERÊNCIAS

BENTO, Andréa Aparecida et al. **Políticas de cotas raciais: conceitos e perspectivas,** Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET ISSN 2175-1773– Dezembro de 2016

BRASIL. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010.

Disponível em : Acesso em:27 de Agosto de 201

BRASIL.Lei Nº 12. 711, de 29 de agosto de 2012.

Disponível em: acesso em: 20 de julho de 2018.

BRASIL. Lei Nº 12.289, de 2 de julho de 2010.

Disponivel em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12289.htm> Acesso em :28 de agosto de 2018.

CARVALHO**,** Luciano de Souza**. Construção de uma Educação Democrática,Reflexiva e Libertadora.** Revista Thema , v. 9, n. 2, 2012.

COULON, Alain**.O ofício de estudante: a entrada na vida universitária.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43,

n. 4, p. 1239-1250, 2017.

CUNHA, Eudes Oliveira. **Implementação da política de permanência de estudantes na Universidade Federal da Bahia.** , Salvador, 2017. 213 f. : il.Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação.

DOMINGOS ,Luis. A educação do negro no Brasil: uma breve reflexão da perspectiva histórica da inclusão do negro no processo de educação no Brasil. IN: SILVA, Geranilde Costa et al. (Orgs.). **Ensino, pesquisa e extensão na Unilab:** caminhos e perspectivas, volume 1. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2017

FILHO, Naomar de Almeida. UMA UFBA NOVA PARA O SÉCULO XXI. IN: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da; TOUTAIN, Lidia Maria Batista Brandão (org.). **Universidade Federal da Bahia do Século XIX ao Século XXI**. ed 1: edufba, 2010**.**

FONSECA, Dagoberto. **Políticas Públicas e Ações Afirmativas**. São Paulo; Selo negro, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Movimentos sociais, movimento negro e subjetividades desestabilizadoras. IN:___ **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: vozes, 2017

MUNANGA, Kabengele.. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raca, Racismo, Identidade e Etnia.** 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ,2003.

NOGUEIRA , Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições.** Educação & Sociedade, ano XXIII, no 78, 2002.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. **Observatório da vida estudantil: Primeiros estudos**. Salvador: Edufba, 2011.

SANTOS, Gevanilda**. Relações raciais e desigualdades no Brasil**.São Paulo :Selo negro,2009.

SANTOS, Dyane Brito Reys. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa.** Salvador, BA, 2009. 214f. Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de educação

ZAGO, Nadir. **Do acesso á permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários das camadas populares**. Revista Brasileira de Educação, v 11, n° 32,p. 226-237, 2006.